



## **“Um Absurdo Audacioso”<sup>1</sup>**

### **Intuição e conceito na crítica de Schopenhauer a Kant**

*“An Audacious Absurd”*

*Intuition and concept in the criticism of Schopenhauer to Kant*

*“Ein kühner Unsinn” – Anschauung und Begriff in  
Schopenhauers Kant-Kritik*

**Matthias Koßler\***

Johannes Gutenberg-Universität Mainz, Mainz, Schopenhauer-Gesellschaft, Deutschland

---

#### **Resumo**

O presente artigo aborda a crítica de Schopenhauer ao *Esquematismo Transcendental* de Kant, evidenciando que tal crítica necessita ser compreendida inicialmente como uma modificação no uso dos termos da linguagem kantiana, isto é, considera-se importante

---

<sup>1</sup> KOßLER, M. “Ein kühner Unsinn” – Anschauung und Begriff in Schopenhauers Kant-Kritik. In: RUFFING, M.; LA ROCCA, C.; FERRARIN, A.; BACIN, S. *Kant Und Die Philosophie in Weltbürgerlicher Absicht: Akten des XI. Kant-Kongresses 2010*. Berlin: De Gruyter, 2013. p. 569-578. [Traduzido do Idioma Alemão por Eduardo Ribeiro da Fonseca e Julia Joergensen Schlemm]. Agradecemos à Editora Stefano Bacin pela cessão dos direitos para a tradução e publicação em Português.

---

\*MK: Doutor, e-mail: [kossler@uni-mainz.de](mailto:kossler@uni-mainz.de)

não separar a crítica do conteúdo da crítica acerca da terminologia, para que essas inflexões possam ser compreendidas em seu próprio contexto. Com isso, verificamos que todos os conceitos essenciais que Schopenhauer assumiu a partir de Kant tiveram um significado completamente diferente para o filósofo de Frankfurt, o que é justamente o que procuramos evidenciar aqui, elucidando o sentido de parte dessas modificações. Mesmo que a crítica de Schopenhauer possa ser considerada insustentável, ela reflete uma diferença importante e historicamente abrangente no âmbito da teoria do conhecimento e da metodologia filosófica.

**Palavras-chave:** Esquematismo (transcendental). Linguagem. Intuição. Conceito.

### **Abstract**

*This paper addresses Schopenhauer's critique of Kant's Transcendental Schematism, pointing out that such a critique needs to be understood initially as a modification in the use of the terms of Kantian language, that is, it is considered important not to separate criticism from the content of criticism about terminology, so that these inflections can be understood in their own context. Thus, we find that all the essential concepts that Schopenhauer assumed from Kant had a completely different meaning for the Frankfurt philosopher, which is precisely what we try to show here, elucidating the meaning of part of these modifications. Even if Schopenhauer's critique is thus untenable it reflects an important and historically comprehensive difference regarding theory of knowledge and philosophical methodology.*

**Keywords:** Schematism (transcendental). Language. Intuition. Concept.

### **Zusammenfassung**

*Dieser Artikel befasst sich mit Schopenhauers Kritik am Kants transzendentalen Schematismus und weist darauf hin, dass eine solche Kritik zunächst als eine Modifikation im Gebrauch der Begriffe der Kantischen Sprache verstanden werden muss, das heißt man darf daher die inhaltliche Kritik nicht von der Kritik an der Terminologie trennen. So finden wir, daß alle wesentlichen Begriffe, die Schopenhauer von Kant annahm, für den Frankfurter Philosophen eine ganz andere Bedeutung erhalten, und genau das versuchen*

wir hier zu zeigen, indem wir die Modifikationen systematisch nachverfolgen. Auch wenn sich Schopenhauers Kritik an Kant als ungerechtfertigt erweist, spiegelt sie doch einen wichtigen und historisch weit reichenden Unterschied in der Erkenntnistheorie und der philosophischen Methodologie wider.

**Stichwörter:** Transzendentalen Schematismus. Sprache. Anschauung. Begriff.

Antes de Schopenhauer publicar pela primeira vez a sua crítica a Kant no apêndice de *O Mundo como Vontade e Representação*, ele tinha reunido seus pensamentos sobre esse tema em uma nota escrita à mão com o título *Contra Kant* que passou despercebida. Considerando o ensino de Kant sobre o esquematismo transcendental, ele escreve aqui que aquele deveria ser "denominado de um absurdo audacioso, apesar de toda veneração acerca de Kant" (HN II, 402)<sup>2</sup>, isso pelo fato de que com o "absurdo" daquele esquema, Kant queria separar novamente a intuição e o conceito, que ele havia anteriormente misturado. Aparentemente, pode-se utilizar com inteira razão a expressão "absurdo audacioso" também à crítica de Schopenhauer acerca da suposta confusão kantiana entre intuição e conceito, pois a separação dos dois "trancos do conhecimento humano", sensibilidade [*Sinnlichkeit*] e entendimento [*Verstand*] (*KrV*, B 28), é uma inovação, que distintamente à tradição Leibniz-Wolffiana constitui o fundamento da filosofia crítica de Kant, enquanto o próprio Schopenhauer fala de "intuição intelectual" e "entendimento intuitivo"<sup>3</sup>. Se a terminologia de Kant for de fato tomada como critério, a crítica de Schopenhauer está irremediavelmente errada, pois ela não faz justiça ao papel da intuição e do entendimento em Kant, nem à função que o esquematismo tem na aplicação das categorias do entendimento a uma dada intuição. Na sua crítica,

<sup>2</sup> Os *Escritos póstumos* de Schopenhauer serão citados de acordo com a edição: Schopenhauer, Arthur: *Der Handschriftliche Nachlaß* (Hrsg. Arthur Hübscher), 5 Bde. München, 1985 (HN I - V).

<sup>3</sup> Z. B. W II, 7; G, 65; W I, 531; G, 53. As obras de Schopenhauer serão citadas de acordo com a edição: Schopenhauer, A. *Die Welt als Wille und Vorstellung* (Bd. 2/3); G = *Ueber die vierfache Wurzel des Satzes vom zureichenden Grunde* (Bd. 1); Diss. = *Dissertation*, *Gestrichenes*, *Zitate*, *Register* (Bd. 7).

Schopenhauer subjuga conceitos como intuição, entendimento e razão, que não aparecem desta forma em Kant.

No entanto, esse erro de Schopenhauer não é cometido inconscientemente, não provem de uma ignorância ou negligência. Pelo menos, no que refere ao entendimento e à razão ele está consciente de que, sob esses conceitos, entende algo diferente de Kant<sup>4</sup>. Desse modo, é importante não separar a crítica do conteúdo da crítica acerca da terminologia. Pode-se dizer que, para Schopenhauer, o que importa não é a compreensão correta da filosofia kantiana, mas sim a correta compreensão do mundo.

Na primeira anotação sobre Kant de 1810, do tempo de estudos em Göttingen, apesar de sua imaturidade, já está indicada a conexão entre correção terminológica e a crítica do conteúdo (*HN I*, 12 f.): A expressão “crítica da razão” é traduzida por Schopenhauer como “suicídio do entendimento” [grifo do autor – M.K.]; e quando ele a denomina de “a melhor expressão dos defeitos de Kant”, para falar que “ele não conhecia a contemplação” e, por isso, compara Kant a Goethe, colocando este ao lado daquele como um complemento necessário, então isso indica um papel para a intuição que ele sente que está faltando ao primeiro.

Em seu primeiro posicionamento detalhado, intitulado *Zu Kant* [Sobre Kant], de 1812, Schopenhauer se aprofunda nos conceitos de entendimento e razão e critica seu uso em Kant sob dois pontos de vista. O primeiro diz respeito ao significado prático da razão. O que fundamenta a moralidade é para ele tão fundamentalmente diferente do uso da razão teórica que o nome comum “razão” e, com isso, a suposição de que seja uma e mesma faculdade a partir de duas modificações “se tornou fonte de grandes enganosa” (*HN II*, 302). Percebe-se que, com isso, ele limita a razão teórica à matemática e às ciências naturais de tal forma que, ao lado do uso lógico, permanece apenas o reconhecimento de que toda experiência deve estar de acordo com as condições da pura sensibilidade e do entendimento. Não é mencionado o que, para Kant, seria a especificidade da razão em comparação ao entendimento, a saber, que ela

<sup>4</sup> Comparar, por exemplo, *W I*, 536: “Nessa apreciação [da tábua dos juízos em Kant – M.K.], eu vou sempre atribuir aos conceitos de entendimento e razão com o sentido que o meu próprio esclarecimento lhes atribuiu [...]”. Sobre a crítica de Schopenhauer ao uso dos conceitos por Kant ver Volpi, Franco: „Vernunft; Verstand. B. Kritik der Begriffe“. In: *Historisches Wörterbuch der Philosophie* (Hrsg. Joachim Ritter u. a.) Bd. 11. Basel, 2001, 833-838.

adentra no incondicional como faculdade dos princípios. Finalmente, o significado prático da razão está vinculado a essa especificação.

A crítica de Schopenhauer sobre a utilização do conceito da razão prática, que provém de um mal-estar intuitivo quanto à terminologia, implica também em uma crítica ao conceito de razão em geral, que ele explicita posteriormente, ao negar a diferença entre princípios e regras, ao mesmo tempo em que nega nas antinomias a respectiva tese como resultado da preguiça da razão e também as ideias da razão como resquícios da teologia. Assim, a diferença entre razão e entendimento no sentido kantiano é suprimida e, conseqüente com isso, a segunda parte da crítica de Schopenhauer de 1812 consiste na acusação a Kant, de que este teria separado erroneamente entendimento e razão (teórica) em duas faculdades distintas: "Quem não vê que aqui atua apenas *uma* faculdade, com mais ou menos habilidade" (HN II, 303). Em uma anotação da mesma época a respeito do capítulo do esquematismo no caderno de estudos de Schopenhauer sobre a *Crítica da Razão Pura*, do qual voltarei a falar depois, a ação do entendimento como a ação da razão é vista na combinação de conceitos, ou seja, de "representações de representações" (HN II, 270).

No entanto, Schopenhauer reconhecidamente vai além desta unidade entre entendimento e razão. Até a dissertação de 1813 ele desenvolve uma concepção da atividade do entendimento [*Verstandestätigkeit*], que se desvia fortemente da acima citada e novamente separa o entendimento da razão [*Vernunft*] — porém, em um sentido bem diferente daquele assumido por Kant. Portanto, a ação do entendimento consiste no vínculo entre tempo e espaço através das categorias (*Diss.*, 22). Com esta nova concepção do entendimento se inicia uma reinterpretação da filosofia transcendental kantiana. Pois, com a compreensão dos conceitos como "representações de representações", a função constitutiva dos objetos das categorias não se deixa mais explicar por conceitos. Desse modo, o entendimento aparece frente à razão, junto com suas categorias, como uma faculdade intuitiva e desprovida de conceitos, que se torna ela mesma a genuína faculdade dos conceitos. Passarão alguns anos até que Schopenhauer extraia as conseqüências desta reinterpretação até chegar à conhecida reivindicação de "que nós joguemos

onze das categorias pela janela e mantenhamos apenas a da causalidade, mas reconhecendo que a sua atividade já é a condição da intuição empírica, que, deste modo, não é apenas sensual, mas também intelectual” (W I, 531).

De importância central para esse desenvolvimento é o conceito de conceito, e aqui, novamente, se mostra a conexão entre a crítica terminológica e a de conteúdo. Para Kant, conceitos se aproximam de “funções”, sendo que ele entende por função “a unidade da ação” que “ordena diferentes representações sob uma representação comum” (*KrV*, B 93, 2016, p. 106). No uso lógico do entendimento, através dessas funções, são formados julgamentos, nos quais um conceito é remetido a outras representações (sendo estas intuições ou conceitos), mas nunca imediatamente aos objetos. Por isso Kant denomina um julgamento como o conhecimento mediato de um objeto e também de “representação de uma representação do mesmo” (Ibidem). O entendimento é determinado, de forma lógica, “como uma *faculdade* para julgar” (*KrV*, B 94). Os conceitos são meio e expressão da função ordenadora do entendimento nos julgamentos; seu conteúdo, os objetos que vem a ser subsumidos de acordo com eles, não têm significado para o uso puramente lógico.

No uso transcendental do entendimento, pelo contrário, não se trata de ordenar representações que representam objetos de acordo com o ponto de vista da unidade, mas, sim, de unir o múltiplo de uma dada intuição em um objeto. Mas, essa síntese não é um *trabalho* do entendimento, mas sim a organização das representações em um dado julgamento. Desse modo, a síntese é muito mais “o mero efeito da imaginação” (*KrV*, B 103, 2016, p. 112), enquanto a função transcendental do entendimento apenas consiste em “elevar essa síntese a conceitos” (Ibidem), ou seja, prover à ação de síntese uma regularidade pela qual o fantasiar recebe validade objetiva e, com isso, é denominado de “experiência”. Por isso o entendimento, em um sentido abrangente, é caracterizado como “*faculdade das regras*” (*KrV*, A 126, 2016, p. 168): As mesmas regras que dão necessidade lógica à relação entre conceitos e representações em julgamentos, fazem com que a síntese do fantasiar exista com necessidade objetiva.

Essa diferenciação entre as funções do entendimento e da imaginação escapa a Schopenhauer<sup>5</sup>. Neste, o papel da imaginação é atribuído ao entendimento, ou, de fato, o entendimento assume totalmente a função da imaginação produtiva, pois a simples ligação entre espaço e tempo já resulta na lei da causalidade, sem que a ação do entendimento seja submetida a uma regra no sentido kantiano. Após Schopenhauer, o entendimento coincide com a intuição; ela não é nem uma faculdade dos conceitos, dos julgamentos ou das conclusões e muito menos das regras. Tudo isso é atribuído à racionalidade, enquanto que ao entendimento resta como única função “conhecer a causalidade” (WI, 13). No seu primeiro ato na “intuição do mundo efetivo” ocorre através da construção imediata tempo-espaacial de determinadas causas de sensações (Ibidem), ela cumpre assim a tarefa que Kant atribuiu à sensibilidade.

Que Schopenhauer associe entendimento e imaginação produtiva pode ter um fundamento no fato de que ele conheceu, inicialmente, apenas a segunda edição da *Crítica da Razão Pura*<sup>6</sup>. Pois, na dedução transcendental desta edição, Kant separa ambas as faculdades menos distintamente do que na primeira edição, na qual ele define entendimento como a “faculdade de ligar *a priori*” (KrV, B 135, 2016, p. 131), que aparece “sob denominação de uma síntese transcendental da imaginação”, enquanto na primeira edição a síntese da imaginação precede a unidade de apercepção transcendental, ou seja, precede o entendimento como condição (KrV, A 118). Evidentemente, é possível compreender Fichte e também Schelling como instâncias mediadoras para a unidade do entendimento e da intuição em Schopenhauer. No entanto, é surpreendente que a imaginação produtiva, que alcança importância crucial em ambos os filósofos, não tem importância nenhuma em Schopenhauer. Quanto às observações de Kant sobre a síntese transcendental da imaginação ele assinala no seu

<sup>5</sup> A omissão [*Übergehen*] desta diferenciação através do conceito de lei [*Regel*] é característico no idealismo alemão, o que influenciou o Schopenhauer inicial sem dúvida nenhuma. Comparar a isso também Hegel, Georg Wilhelm Friedrich: *Glauben und Wissen oder die Reflexionsphilosophie der Subjektivität in der Vollständigkeit ihrer Formen als Kantische, Jacobische und Fichtesche Philosophie*. In: *Werke in 20 Bänden*, Bd. 2. Frankfurt / M. 1970, S. 287-433, hier S. 305 f.

<sup>6</sup> Comparar com WI I, 514 f. Sobre a conhecida iniciativa de Schopenhauer para a reimpressão da primeira edição da *Crítica da Razão Pura* ver a sua carta a Rosenkranz de 24/08/1837, impressa em *Gesammelte Briefe* (Hrsg. Arthur Hübscher). Bonn. 1987, 165-168.

exemplar de bolso da *Crítica da Razão Pura*: “A palavra imaginação é empregada aqui totalmente em outro sentido em relação ao seu uso corrente, pelo que necessitaria então de uma explicação se não for para parecer um hieróglifo”<sup>7</sup>. Imaginação [*Einbildungskraft*] é apenas uma faculdade reprodutiva [*reproduktives Vermögen*], para a qual, geralmente, ele prefere usar o conceito de fantasia [*Phantasie*]. A faculdade pela qual os objetos [*Gegenstände*] da intuição são constituídos tem o mesmo significado que entendimento intuitivo [*anschauende*] ou intuição [*Anschauung*] intelectual.

Isso significa que a sua concepção de entendimento implica em um conceito de intuição que se desvia de Kant. Intuições são, para Schopenhauer, objetos da experiência, na própria intuição “já está dada a realidade empírica, portanto, a experiência” (W I, 525). O objeto intuído [*angeschaute Gegenstand*] é o “objeto da Experiência [*Objekt der Erfahrung*]”, a representação “da qual resta apenas distinguir a coisa em si” (W I, 531). Na dissertação de 1813, Schopenhauer tenta validar esse conceito de intuição a partir do exemplo da crítica à prova kantiana da aprioridade da lei da causalidade; essa “contestação à prova de Kant” (*Diss.*, 31 ff.) representa o segundo aprofundamento do conflito com Kant. Contra Kant é aqui afirmado que a objetividade da sucessão de dois estados [*Zustände*] já está dada através da aprofundada explicação e não necessita da adição de uma regra dada pelo entendimento. Schopenhauer entende a aplicação da categoria da causalidade em Kant de modo que através disso apenas a *necessidade* de uma determinada sucessão é reconhecida, que é percebida como *efetiva* [*wirkliche*], pronta para ser intuída [*anschaulich*]; como a maior parte dos casos de sucessão objetiva é compreendida como acidental, ou seja, sem reconhecimento da causa, eles não são exigidos pela aplicação da categoria através do simples entendimento, mas sim “apenas pela aplicação simultânea de entendimento e sensibilidade” (*Diss.*, 32). A última citação — que também poderia ter se originado em Kant — evidencia o quanto Schopenhauer ainda luta com dificuldades terminológicas em sua leitura de Kant. Embora a sua própria concepção de entendimento intuitivo já esteja essencialmente presente, o “mero” entendimento também

<sup>7</sup> Schopenhauer, A. *Sämtliche Werke* (Hrsg. Paul Deussen), Bd. 13. München, 1926. S. 45

aparece simultaneamente como faculdade conceitual. Na segunda edição, quando o divórcio entre a razão como faculdade dos conceitos e o entendimento intuitivo se conclui, a sua concepção se torna mais clara: "Kant assume que a lei causal é existente e possível apenas na reflexão, ou seja, no conhecimento conceitual abstrato e claro, portanto, ele não sabe nada sobre o fato de que a aplicação da mesma antecede toda reflexão, o que obviamente é o caso, nomeadamente na intuição sensível empírica" (G, 97).

Isso parece ser uma completa deturpação dos fatos — se não se considera a modificação da terminologia: Por "reflexão" Schopenhauer entende aqui a faculdade de conhecimento conceitual, o que nele é chamado de "razão"; em Kant, contrariamente, "razão" inclui tanto o entendimento quanto a razão, enquanto a intuição é entendida como sensibilidade e entendimento intelectual. Contudo, sem dúvida a crítica à prova da aprioridade da lei da causalidade de Kant é equivocada. Nas Analogias da Experiência, Kant não trata do conhecimento da relação de causa e efeito *na* experiência, mas sim de como a experiência objetiva é possível, se os seus objetos são apenas representações dos sujeitos e as próprias coisas em si não estão disponíveis para a fundamentação da objetividade. Assim, nos restaria apenas atribuir a objetividade e a validade universal da experiência à regularidade [*Regelhaftigkeit*] da atividade subjetiva no representar: Quando a síntese da imaginação, através da qual a diversificação da intuição é reunida em objetos, segue uma lei, que vale para todas as pessoas ou seres dotados de racionalidade, então, a experiência do mundo objetual será igual a todos, ou seja, será objetiva. Os conceitos que representam as leis são as categorias e, no caso da categoria causal, trata-se de justificar a objetividade dos processos da experiência, ou seja, de sucessões reais, como Schopenhauer entende já estar suficientemente explicado através da concepção de intuição. Para Kant, essa explicação não é suficiente, pois a intuição como tal não apresenta nenhuma força de lei [*Regelhaftigkeit*], quando ela não é relacionada a *conceitos*. O papel da categoria causal na segunda analogia consiste no fato de que a síntese da imaginação, que aqui corresponde à determinação do sentido interno em consideração à relação temporal (*KrV*, B 233), é relacionada à regra, que, no uso lógico

do entendimento, fundamenta julgamentos hipotéticos. Ou seja, não se tratam de determinadas relações de causa e efeito, mas sim de “condições formais a todas as representações”, que o “tempo precedente determina necessariamente o subsequente” (*KrV*, B 244, 2016, p. 213).

Schopenhauer entende que esta condição já é cumprida pela intuição sem ajuda do conceito. A questão é, como ele então justifica a objetividade da experiência, sem recair na aceitação pré-crítica de objetos em si [*Objekten an sich*]. Apenas em um ponto posteriormente suprimido da dissertação Schopenhauer aborda a alternativa kantiana entre síntese arbitrária e orientada pela lei [*regelgeleitet*] e, portanto, necessária, e a contesta, falando de uma “necessidade inteiramente desregrada”, em virtude da qual inúmeros objetos agem sucessivamente [...] no meu corpo [...], enquanto o que influencia essa ação precisa ser reconhecido por mim nessa sucessão, pelo fato de eu mesmo reconhecer o corpo no tempo” (*Diss.*, 39). Conseqüentemente, o próprio tempo seria identificado antes de qualquer determinação do sentido interno, através da categoria, pela necessidade das sucessões de suas partes, o que Schopenhauer então introduz também como forma própria do Princípio da Razão, especificamente como o “tipo originário [*Urtyp*]” desse Princípio. O tempo é a condição da objetividade da sucessão e isso, por sua vez, é a condição da possibilidade de uma consequência necessária.

O problema de uma determinação temporal que preceda a uma aplicação das categorias — como *conceito* de entendimento — é trabalhada por Kant no capítulo sobre esquematismo. O esquema é a “condição formal da sensibilidade [...] a priori”, e apenas a partir dele as categorias podem ser aplicadas a um objeto (*KrV*, B 179). Ele é realmente um “produto da imaginação”, mas, no caso do esquema transcendental, não é nem uma imagem nem uma figura, mas sim “apenas a síntese pura, de acordo com uma regra segundo conceitos em geral, que a categoria expressa” (*KrV*, B 181, 2016, p. 177). Apesar de Kant, no contexto, falar apenas de uma “restrição” do uso do entendimento, que é conectada com essa condição sensível (*KrV*, B 179), ainda assim,

o esquematismo compreende, ao mesmo tempo, uma restrição da imaginação para a adequação da categoria<sup>8</sup>:

Se a sucessão no tempo é determinada pelo esquema puro da quantidade, a sensibilidade já é direcionada à subsunção de conceitos; o mundo intuitivo é considerado apenas do ponto de vista da mensurabilidade, do tratamento científico em geral. Essa falta de imaginação e redução a uma ação cujo resultado "não pode ser trazido a uma imagem" (*KrV*, B 181, 2016, p. 177) é diametralmente oposta ao pulsante pensamento de Schopenhauer sobre a força da intuição imediata.

Particularmente esclarecedor é o breve comentário a respeito do capítulo sobre o esquematismo nos cadernos de estudo de Schopenhauer (*HN II*, 270 f.), que ilustra o mais antigo conflito — e pelo visto também o único sério — de Schopenhauer com essa parte do ensino de Kant. Ele inicia com a decisiva declaração "eu nego que o esquema seja diferente da imagem", para definir ambos como "representação imediata". As representações imediatas incluem "as intuições de objetos presentes dos sentidos", mas também as representações intuitivas evocadas pela fantasia [*Phantasie*]. Schopenhauer diferencia os conceitos destas porque eles são representações "mediatas" ou "representações de representações", nas quais a possibilidade de se formar uma imagem [*Bildlichkeit*] da representação imediata é revogada por abstração em favor de uma universalidade indefinida. Ao conceito do esquema Kant ligou, então, uma "imagem indeterminada", que compartilha com o conceito a universalidade, mas é ao mesmo tempo passível de intuição; porém, uma imagem indeterminada é "impossível". Após Schopenhauer, a imaginação não pode provocar uma representação universal, mas sim apenas uma individual que, na melhor das hipóteses e através de reflexão, pode ser considerada uma "representante" inadequada do conceito.

Independentemente da pergunta sobre até que ponto Schopenhauer possa atingir Kant por meio dessa crítica, é certo que ela esclarece a diferença fundamental de seu pensamento imagético

---

<sup>8</sup> Comparar LIEBRUCKS, B. *Língua e Consciência*. v. 4. A primeira revolução da forma de pensar. Kant: Crítica da Razão Pura. Frankfurt / M. 1968, S. 550 f.

[*bildhaften*] em contradição àquele funcional de Kant. Ao se referir a outro ponto dos manuscritos póstumos, que Schopenhauer acrescentou à nota, ele próprio apresenta as outras conexões envolvidas: Pois, neste ponto, ele divide as pessoas em dois grupos: as que “permanecem, a maior parte das vezes, utilizando conceitos” e os que “gostam de representar tudo através da fantasia [*Phantasie*]” (HN I, 30). O último é o modo do “gênio”; o pensar é aqui “verdadeiramente mais profundo, esgota mais o objeto, é mais universal, possibilita descobertas”. O primeiro é o modo “dos pensadores científicos: esse foi o modo de Kant”. O que isso significa fica claro, quando se analisa o aperfeiçoamento de Schopenhauer ao ensino, ligado a sua interpretação do esquema, sobre o representante intuitivo do conceito. Isso leva à ideia de “representante adequado do conceito” (W I, 276). Como tal a Ideia é “universalmente determinada” (Ibidem), mas, ao mesmo tempo, de um modo geral, ela se parece com um “organismo vivo, que desenvolve a si mesmo, e é capaz de gerar descendência”, e que “produz o que não era abrangido por ele” (W I 277). É esse poder criativo da intuição, a criatividade da fantasia [*Phantasie*], que em Schopenhauer garante a objetividade do mundo, e não a regra sob a qual ela é posicionada. Essa objetividade é de natureza estética, da qual a objetividade científica deriva apenas como um modo imperfeito. Na experiência científica, a imaginação [*Einbildungskraft*] aparece — como se poderia falar invertendo a formulação kantiana — denominação como entendimento de maneira restrita, através da relação à vontade subjetiva, na qual ela é subjugada às formas não conceituais de espaço e tempo, o *principium individuationis*.

A primazia do conhecimento intuitivo, que é para ser concebida como a contemplação estética em sua função criadora de objetividade<sup>9</sup>, é expressa por Schopenhauer na famosa frase: “Todo pensar originário acontece em imagens” (W II, 77, 433), faz com que todos os conceitos essenciais que Schopenhauer assumiu a partir de Kant tenham um significado completamente diferente para ele. Isso foi demonstrado em relação à intuição, ao conceito, ao entendimento, à razão e objetividade, mas também vale para o fenômeno, a coisa em si, a sensibilidade e

<sup>9</sup> Esse é o mais profundo sentido da observação sobre Kant acima citada, de que ele “não conhecia a contemplação”.

diversos outros conceitos, sobre os quais o próprio Schopenhauer admitiu que só os manteve por fidelidade a Kant, mesmo quando não se encaixavam<sup>10</sup>. E com isso, finalmente, compreende-se toda incompreensão em relação ao capítulo sobre o esquematismo, sobre o qual Schopenhauer escreve que ele "é famoso pela extrema obscuridade, porque ninguém jamais conseguiu entender isso" (W I, 533). Um esquema que não pode ser transformado "em nenhuma imagem" parece a ele um "absurdo audacioso", no qual a palavra "absurdo" permite, ainda assim, indicar um certo respeito pelo resultado do pensamento científico em Kant.

## Referências

HEGEL, G. W. F. Glauben und Wissen oder die Reflexionsphilosophie der Subjektivität in der Vollständigkeit ihrer Formen als Kantische, Jacobische und Fichtesche Philosophie. In: *Werke in 20 Bänden*, Bd. 2. Frankfurt / M. 1970, S. 287-433.

LIEBRUCKS, B. *Sprache und Bewußtsein*. Bd. 4: Die erste Revolution der Denkungsart. Kant: Kritik der reinen Vernunft. Frankfurt / M. 1968.

SCHOPENHAUER, A. *Sämtliche Werke* (Hrsg. Arthur Hübscher). Wiesbaden. 1946-1950. Para os trabalhos individuais são utilizadas as abreviações dadas no anuário de Schopenhauer: W I/II = O Mundo como Vontade e Representação (Bd. 2/3); G = Sobre a quádrupla raiz do princípio de razão suficiente (Bd. 1); Diss. = *Dissertação, trechos rasurados, citações, registros* (Bd. 7).

SCHOPENHAUER, A. *Gesammelte Briefe* (Hrsg. Arthur Hübscher), Bonn. 1987.

SCHOPENHAUER, A. *Sämtliche Werke* (Hrsg. Paul Deussen). Bd. 13. München, 1926.

---

<sup>10</sup> Comparar, por exemplo, W I, 13: "O correlato subjetivo de espaço e tempo em si, como formas vazias, Kant denominou de pura sensibilidade, expressão que poderá ser mantida, porque Kant quebrou aqui a linha de raciocínio; apesar dela não se encaixar bem, pois sensibilidade já pressupõe a matéria"; Diss., 76 f.: "Kant denominou isso de o caráter inteligível (talvez fosse mais correto dizer ininteligível) [...]"; W I, 131: "Essa *Coisa em si* (nós queremos manter a expressão kantiana como fórmula permanente)" [...].

SCHOPENHAUER, A. *Der Handschriftliche Nachlaß* (Hrsg. Arthur Hübscher), 5 Bde. München, 1985 (HN I - V).

VOLPI, F.; VERNUNFT, V. B. Kritik der Begriffe“. In: *Historisches Wörterbuch der Philosophie* (Hrsg. Joachim Ritter u. a.) Bd. 11. Basel, 2001.

Recebido: 02/03/2018

*Received:* 03/02/2018

Aprovado: 16/03/2018

*Approved:* 03/16/2018